



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 1.617, 16 DE OUTUBRO DE 2019.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

Procuradora-Geral de Justiça

SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUZA

Vice-Procuradora-Geral de Justiça Jurídico-Administrativa

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Vice-Procurador-Geral de Justiça Institucional

LIBANIO ALVES RODRIGUES

Ouvidor

JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR

Corregedor-Geral

MOACYR REY FILHO

Chefe de Gabinete da PGJ

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Secretário-Geral



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 9h às 19h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 440/SG, de 02 de junho de 2016,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 87 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PGR nº 42, de 25 de junho de 2014 e na Portaria Normativa PGJ nº 555, de 25 de junho de 2018,

CONSIDERANDO as informações constantes da peça 0.4, do PGEA nº 08191.106505/2019-15 , que informa o direito do servidor gozar licença para capacitação, referente ao 5º quinquênio, do período de 13/12/2012 a 11/12/2017 .

RESOLVE:

Conceder licença para capacitação ao servidor **RICARDO CESAR LAMOUNIER**, Técnico do MPU/Administração, matrícula 1377, no período de **21/10/2019 a 01/11/2019 (12 dias)**, para participar do curso “Gestão Estratégica com foco na Administração Pública” - 40h , com carga horária total de 40 horas, ministrado pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

CLAUDIA RAMOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO**

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 440/SG, de 02 de junho de 2016,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 87 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PGR n.º 42, de 25 de junho de 2014 e na Portaria Normativa PGJ n.º 555, de 25 de junho de 2018,

CONSIDERANDO as informações constantes da peça 0.4, do PGEA n.º 08191.107768/2019-33, que informa o direito do servidor gozar licença para capacitação, referente ao 2º quinquênio, do período de 26/11/2013 a 24/11/2018.

RESOLVE:

Conceder licença para capacitação à servidora **CLAUDENICE DOMINGOS**, Técnico do MPU/Administração, matrícula 3272, no período de **04/11/2019 a 23/11/2019 (20 dias)**, para participar dos cursos “Trilha de Aprendizagem Gerencial Atuação Sistêmica” – 15h, “Trilha de Aprendizagem Gerencial Gestão de Recursos” - 21h, “Trilha de Aprendizagem Gerencial Liderança” - 14h e “Trilha de Aprendizagem Gestão do tempo” – 10 horas., com carga horária total de 60 horas, ministrados pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

CLAUDIA RAMOS



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 440/SG, de 02 de junho de 2016,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 87 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PGR nº 42, de 25 de junho de 2014 e na Portaria Normativa PGJ nº 555, de 25 de junho de 2018,

CONSIDERANDO as informações constantes da peça 0.3, do PGEA nº 08191.108814/2019-11, que informa o direito do servidor gozar licença para capacitação, referente ao 4º quinquênio, do período de 06/07/2011 a 03/07/2016.

RESOLVE:

Conceder licença para capacitação à servidora **ALECIA ELIAS ROCHA DA SILVA**, Técnico do MPU/Administração, matrícula 2429, no período de **21/10/2019 a 19/11/2019 (30 dias)**, para participar dos cursos “Conhecendo o novo acordo ortográfico – Turma 2”- 20h, “Introdução do Direito Constitucional” - 40h e “Ética na Administração pública – Turma 2” - 40h, com carga horária total de 100h horas, ministrados pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

CLAUDIA RAMOS



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 440/SG, de 02 de junho de 2016,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 87 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PGR n.º 42, de 25 de junho de 2014 e na Portaria Normativa PGJ n.º 555, de 25 de junho de 2018,

CONSIDERANDO as informações constantes da peça 0.4, do PGEA n.º 08191.109439/2019-27, que informa o direito do servidor gozar licença para capacitação, referente ao 9º quinquênio, do período de 04/06/2012 a 02/06/2017.

RESOLVE:

Conceder licença para capacitação ao servidor **ROMULO COSSICH FURTADO**, Analista do MPU/Apoio Técnico Especializado/Finanças e Controle, matrícula 2413, no período de **21/10/2019 a 04/11/2019 (15 dias)**, para participar do curso “Preparação para Aposentadoria – Caminhos”, com carga horária total de 40 horas, ministrado pelo Escola Virtual de Governo – EVG.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

CLAUDIA RAMOS



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 440/SG, de 02 de junho de 2016,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 87 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PGR n.º 42, de 25 de junho de 2014 e na Portaria Normativa PGJ n.º 555, de 25 de junho de 2018,

CONSIDERANDO as informações constantes da peça 0.5, do PGEA n.º 08191.108031/2019-38, que informa o direito do servidor gozar licença para capacitação, referente ao 2º quinquênio, do período de 29/8/2010 a 27/8/2015.

RESOLVE:

Conceder licença para capacitação ao servidor **CLEVER SOUSA CARVALHO**, Técnico do MPU/Administração, matrícula 2821, no período de **16/10/2019 a 14/11/2019 (30 dias)**, para participar do curso "Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro", com carga horária total de 120 horas, ministrado pela Associação Brasileira de Educação Online - ABELINE.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

CLAUDIA RAMOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

PGEA: 08191.031833/2019-42
INTERESSADA: ALESSANDRA ELIAS DE QUEIROGA
ASSUNTO: MIGRAÇÃO DE REGIME – BENEFÍCIO ESPECIAL

TERMO DE RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO ESPECIAL

RECONHEÇO o Benefício Especial no valor de **R\$ 31.042,11 (trinta e um mil, quarenta e dois reais e onze centavos)**, em favor de **ALESSANDRA ELIAS DE QUEIROGA**, mat. 482, ocupante do cargo de **PROMOTOR DE JUSTICA**, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.618/2012, tendo em vista a migração para o Regime Próprio de Previdência Social com os benefícios limitados ao teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, realizada em 29 de março de 2019.

Para o cálculo do Benefício Especial, foram considerados, além do tempo de contribuição exercido junto a este Ministério Público, o tempo devidamente averbado de regimes próprios decorrentes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme método de cálculo disciplinado pelos §§ 2º e 3º do art. 3º da Lei nº 12.618/2012 e orientações constantes da Portaria Conjunta STF/MPU nº 3/2018.

Destaca-se que a averbação de tempo de serviço em momento posterior, bem como a inclusão ou exclusão de contribuições na base de cálculo, poderão ensejar a revisão do Benefício Especial.

Por fim, cabe apontar que o Benefício Especial será atualizado conforme dispõe o § 6º do art. 3º da Lei nº 12.618/2012 e pago pelo órgão competente da União, por ocasião da concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte pelo regime próprio de previdência da União, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, enquanto perdurar o benefício pago por esse regime.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.


FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO
Procuradora-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SEÇÃO DE CONTROLE DE DIÁRIAS E PASSAGENS

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

Foram concedidas à Promotora de Justiça Lenna Luciana Nunes Daher, matrícula 625, 3,5 diárias, no valor total de R\$ 4.050,29 (quatro mil e cinquenta reais e vinte e nove centavos), para participar do Encontro Nacional das Redes de Controle da Gestão Pública, no período de 18 a 21 de setembro de 2019, na cidade de Salvador-BA. Foram adquiridas as passagens aéreas para os trechos Brasília-Salvador-Brasília no valor total de R\$ 787,55

Foram concedidas ao Promotor de Justiça Rubin Lemos, matrícula 528, 3,0 diárias, no valor total de R\$ 3.488,80 (três mil quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), para participar do III Encontro Nacional do CIRA-Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, no período de 18 a 21 de setembro de 2019, na cidade de Recife-PE. Foram adquiridas as passagens aéreas para os trechos Brasília-Recife-Brasília no valor total de R\$ 2.120,92.

Foram concedidas à servidora Raquel da Silva Lima, Técnica do MPU/Administração, matrícula 4962, 1,5 diárias, no valor total de R\$ 920,26 (novecentos e vinte reais e vinte e seis centavos), para visita técnica ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no período de 19 a 20 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Não houve custeio de transporte pelo MPDFT para o deslocamento de ida e retorno para o Rio de Janeiro-RJ.

Marcelo Luiz Dutra e Silva
Técnico Administrativo



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA GERAL**

PORTARIA N.º 1131, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria n.º 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do Tabularium n.º 08191.111892/2019-01,

RESOLVE:

Designar a servidora **YARA DE SIQUEIRA LEITE**, matrícula 5308-2, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente de Gabinete da 6ª Promotoria de Justiça Criminal da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-02 (66001150), dispensando, em consequência, a servidora **CELIA CRISTINA MOURA PIMENTA RODRIGUES**, matrícula 3095-3.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


RENATO LUQUEIZ SALLES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA GERAL**

PORTARIA N° 1132, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria n° 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do Tabularium n° 08191.112385/2019-87,

RESOLVE:

Designar o servidor **DANILO CRUZ AZEVEDO**, matrícula 3493-2, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, até 22/10/2019, o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 1ª Promotoria de Justiça de Entorpecentes da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código CC-01 (66001188).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.



RENATO LUQUEIZ SALLES



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 1133, de 15 de outubro de 2019.

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições previstas no artigo 402, inciso IV, do RIMPDFT (Portaria Normativa n.º 519/PGJ, de 22/12/2017) e na Portaria Normativa/DG n.º 32, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo n.º 08191.044320/2019-00.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor SERNIVALDO SOUSA GUIMARÃES JÚNIOR, matrícula n.º 3617, como GESTOR e FISCAL ADMINISTRATIVO; o servidor LUIZ CARLOS HIROKAZU INOUE, matrícula n.º 4436, como GESTOR SUBSTITUTO; o servidor ANTÔNIO CARLOS MAÇÃO, matrícula n.º 898, como FISCAL TÉCNICO e FISCAL REQUISITANTE; e o servidor MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI FERREIRA, matrícula n.º 4636, como FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO da Ata de Registro de Preços n.º 032/SG/MPDFT/2019, firmada com BECAPE PERIFERICOS E MANUTENCAO DE COMPUTADORES EIRELI e DACMAX DISTRIBUIDORA EIRELI, que tem por objeto eventual aquisição de equipamentos de informática (itens 3 e 5).

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


RENATO LUQUEIZ SALLES